

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.617.844 - RS (2019/0337478-8)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : OI S.A**  
**ADVOGADOS : JOÃO PAULO IBANEZ LEAL - RS012037**  
**ANGELA IBANEZ LEAL - RS045060**  
**MARTHA IBANEZ LEAL - RS035205**  
**ROBERTO CAPRA DE MORAES - RS062756**  
**AGRAVADO : MARIA ISABEL KIST PREUSS**  
**AGRAVADO : CASTELO FRANCISCO PREUSS**  
**ADVOGADOS : AIRTON PEDRO ETGES - RS029897**  
**BRUNO SEIBERT - RS041648**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 1.204):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATOS DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BRASIL TELECO/ OI S/A. LEVANTAMENTO DE VALORES.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, as ações suspensas devem retornar seu regular prosseguimento, permitindo-se a liberação de valores espontaneamente depositados pela devedora antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, assim como os valores depositados antes da data supracitada em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final da impugnação ao cumprimento de sentença antes da referida data.

No caso, mostra-se cabível o levantamento de valores pela parte autora, já que o bloqueio dos valores foi efetuado antes de 21/06/2016, bem como o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu antes da referida data.

NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 1.242/1.247).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui violação dos arts. 6º, 49 e 59, da Lei 11.101/2005 afirmando, em síntese, ser descabida a liberação dos valores depositados em face de sua iliquidez.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores em discussão, assim se pronunciando (fl. 1.210):

No caso dos autos, verifica-se que o bloqueio dos valores foi efetuado em 27/09/2012 (e-fl. 861) e o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 15/04/2015 (e-fl. 1082), ou seja, antes do pedido de recuperação judicial, razão pela qual inexistente óbice para a liberação dos valores, eis que incontroversos.

Dessa forma, o depósito ocorreu antes de 21/06/2016 e a impugnação

# *Superior Tribunal de Justiça*

ao cumprimento de sentença ocorreu antes da referida data, portanto não há nenhum óbice para o levantamento dos valores em favor da parte autora.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Observe-se que foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), onde explicitado que possível a liberação de valores nos seguintes casos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) **já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016**, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016. (grifei)

Verifique-se que, no presente caso, a Corte de origem deixa claro que o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 15/4/2015 (fl. 1.210), ou seja, antes do pedido de recuperação judicial, o que desobriga a habilitação do crédito. Nesse mesmo sentido: REsp n. 1.851.788/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 11/12/2019.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora